

RESENHA DO LIVRO DE DEWEY, JOHN, *LE PUBLIC ET SES PROBLEMES*. FRANÇA: LEO SCHEER, 2003.

Vânia Morales Sierra *

Após um longo período de oposição ideológica que dividiu as nações no mundo e marcaram a dualidade no pensamento político (liberal-socialista, direita-esquerda), a contraposição na atualidade parece estar mais ligada aos efeitos da pressão de determinados grupos sobre o governo, do que ao teor de suas concepções. A questão então remete ao pragmatismo, que introduz na teoria política a possibilidade de combinar competição e cooperação no jogo do pluralismo democrático. No livro - *O Público e o Seus Problemas*, publicado em 1927, ainda não traduzido para o português, Dewey insere a questão da constituição e da organização dos públicos como um desafio às democracias. Em sua abordagem, realizar a democracia implica em tentar descobrir a melhor forma de restaurar o público, numa sociedade em que os avanços tecnológicos da comunicação, a impessoalidade das relações de serviço, a mobilidade e a heterogeneidade provocaram a desarticulação da vida comunitária. De acordo com o seu pensamento, a sociedade moderna ao mesmo tempo em que aumentou a densidade da comunicação, tornou os relacionamentos mais impessoais e acabou por eclipsar politicamente o público. Nestas condições, Dewey entende que a alternativa para restaurar a democracia consiste em revitalizar o público, tornando-o ativo por meio de sua participação dentro do Estado.

Em Dewey, a participação inserida nos quadros sociais da experiência adquire o sentido de um aprendizado contínuo, menos voltado à questão da necessidade de submissão a norma do que às possibilidades concretas de sua produção. Neste movimento de construção e disputa, os grupos ocupam seus espaços na política, impondo o reconhecimento de suas aspirações, desejos, anseios. De fato, o vigor democrático requer produção continuada dos públicos, num trabalho de socialização permanente, que ocorre em função do engajamento e da mobilização dos cidadãos nos grupos e entre eles. Ao contrário de Schumpeter, Dewey entende que a participação política dos cidadãos na vida democrática não se resume ao momento do voto. Ao Estado cabe o papel de proteção dos interesses individuais e de regulação das associações, de modo a impedir o controle da agenda política pelas associações mais poderosas.

Segundo Dewey, o enquadramento dos grupos é o que faz com que o público seja entendido como um "Estado político", e a democracia como movimento permanente de restauração de sua idéia, por um processo de aperfeiçoamento da "maquinaria política" (instituições políticas e logística). Trata-se, portanto, do desafio político de envolver os processos de cooperação da "inteligência social", que ao propósito de um saber fazer, fazendo, define as marcas da singularidade nas experiências democráticas da vida local. O enfoque então não é para o governo e nem para a sociedade em separado, mas se dirige aos processos de organização e mobilização que pressionam o governo e aos efeitos disso.

Significa, pois, que a vontade popular não precisa se submeter à razão do Estado. Também não há aqui qualquer preocupação com a questão do consenso social. Na democracia deweyana, o mais importante é conhecer os dispositivos que impedem a constituição do público. Segundo Dewey, sem Estado não há governo e sem governo não há público. O Estado é constituído pelo público e pelo governo. As demandas sociais freqüentemente vão de encontro aos funcionários públicos, e os atos deles revelam em grande parte a qualidade do governo. Para Dewey, "o Estado é o que os seus funcionários são". Nesta ótica, o Estado para conservar a sua integridade e a sua utilidade precisa abrir espaço para crítica, criando mecanismos que submetam os funcionários a vigilância permanente dos cidadãos. Dessa forma, a qualidade das deliberações democráticas passa a ser avaliada não com base num ideal predeterminado, mas por meio do julgamento dos cidadãos comuns.

Com efeito, a questão passa a ser o público e a sua constituição. De acordo com Dewey, o problema fundamental do público consiste em se descobrir e se identificar. A princípio o público é passivo, pois é constituído pelo conjunto de cidadãos que são indiretamente afetados pelas conseqüências das ações produzidas pela vida associativa. Por conseguinte, este público ressentido tenta descobrir os motivos dos efeitos negativos (que colocam em risco sua segurança, prosperidade, etc), organiza-se e na articulação entre eles e com outros grupos, tornam-se ativos. Pela linguagem e mobilização, o grupo procura traduzir o problema como uma questão do público, tentando assim chamar a atenção e envolver a comunidade política. Neste processo, a linguagem tem papel central, pois é a ferramenta de comunicação e organização do público. Todavia, a linguagem aqui não se limita ao mero discurso político, pois está ligada a experiência de participação, ou seja, enquanto os quadros sociais organizam a

experiência de interação, a linguagem reforça os laços comunitários e permite o compartilhamento de valores comuns.

Em geral, os abalos na ordem social têm origem na ordem das interações. Esse enfoque enriquece a abordagem e permite descartar as noções abstratas, como a de exclusão social, para focar os problemas concretos do impedimento dos indivíduos à vida associativa, às instituições e aos recursos públicos. De fato, a apreensão do fato real não depende de sua representação, mas do que acontece efetivamente na vida dos indivíduos. A questão então não é a do pertencimento a uma determinada classe social, mas da mobilização dos desarticulados, dos apáticos e dos que não são ouvidos. Daí que as demandas das pessoas com deficiência, dos negros, das crianças e dos homossexuais, por exemplo, não se limitam ao econômico, mas tão importantes quanto os conflitos de classes.

Nesta linha de pensamento, a ameaça à vida social é uma questão do *self*, trata-se do risco de “desintegração da personalidade”. De fato, os processos de individualização produziram a indiferença e a falta de interesse pelos outros, engendrando uma forma de sociabilidade permeada pela impessoalidade. A busca pela felicidade pessoal provocou a deserção do público e relegou a política aos especialistas e aos representantes políticos. O impedimento da atividade pública inibiu a organização dos grupos, de tal forma que os indivíduos não puderam envolver a vida e o pensamento deles nas soluções para os seus problemas. A alternativa para a democracia, segundo Dewey, consiste na inserção destes indivíduos no público.

Ao lado disso, Dewey não negligencia a importância da experiência de participação fornecida pelas oportunidades de acesso e de mobilidade nas instituições e serviços. De acordo com esta abordagem, o problema não é o de fazer com que os cidadãos compartilhem de um mesmo pensamento, mas o de fazer com que haja uniformização nos modos de agir. Nesta tarefa as democracias são levadas a desempenhar uma regra objetiva, que é a de promover a igualdade de acesso às instituições e aos equipamentos urbanos, propiciando assim o desenvolvimento das individualidades. Tem-se, portanto, que a individualidade é forjada e sua constituição identificada como função dos “públicos”. O seu desenvolvimento é produto da experiência individual vivenciada neles. Neste processo, o trabalho da escola é imprescindível. Segundo Dewey, a escola consiste numa oportunidade de engajamento na vida comunitária. Dessa forma, a

escolarização é fundamental para o desenvolvimento das competências que habilitam o indivíduo a participar na vida social. Dewey considera que “a escola não prepara para a vida, mas é a vida.”

Conforme o pensamento de Dewey, a democracia começa em casa e sua casa é a comunidade vicinal. Para se realizar, a democracia tem que produzir efeitos na família, na escola, na religião e em outras formas de associação. Desse modo, a democracia é pensada para além do governo, sendo percebida como um modo de vida. No lugar da disputa política das classes, se coloca a questão da igualdade na redistribuição do poder. A disputa entre os grupos é percebida como uma questão política e ética. A ética derivada da participação na política é entendida como um trabalho de relacionamentos e não como uma referência abstrata e universal. Nestas condições, radicalizar a democracia requer reconhecer o significado dos grupos. Entender esta gramática exige uma investigação não acerca da identidade de cada grupo, mas da ação deles e da extensão de suas conseqüências. Nesta abordagem, não existe espaço para qualquer forma de expressão da razão que não seja contextualizada, logo, não há possibilidade de se pensar o Estado para além da associação dos indivíduos.

Nesta perspectiva, a questão de saber quais transações deveriam ser entregues a iniciativa privada e ao controle público resulta da observação atenta e da investigação refletida sobre fatos concretos e não de um exercício de especulação. As deliberações políticas se fundamentam então na reflexão sobre as conseqüências que expressam as condições em que a situação analisada se encontra. Neste sentido, é que a experimentação surge como alternativa adequada. Segundo Dewey, ela envolve um processo contínuo em que a experiência é modificada por meio da criação de conexões e continuidades, que propiciam permanentemente a recriação dos elementos envolvidos. Nesta abordagem, a questão central não é a da regulação da propriedade, da delimitação do público e do privado, mas trata-se primeiramente de saber como gerir democraticamente as diferentes modalidades de participação, ou seja, de saber como reagir ao controle das instituições e dos grupos mais poderosos sobre os recursos do governo.

No pensamento de Dewey, o indivíduo isolado definido com base na suposição de uma natureza humana é uma ficção. O indivíduo está sempre em contato com os outros, mas esta aproximação não chega a constituir um público ativo politicamente e este é o problema. Restaurar a democracia significa então

recompor o tecido social por meio do reajuste dos comportamentos dos indivíduos nos grupos e entre os grupos. Dessa forma, os valores associados à cultura democrática vão sendo incorporados pelos indivíduos. Eles não resultam do trabalho da mídia, mas estão ancorados nos quadros sociais da experiência. Nestas condições, a linguagem é o que permite a produção dos significados comuns das experiências compartilhadas, fortalecendo assim os laços de confiança e de cooperação, servindo como meio para o entendimento. Segundo Dewey, “ver é um fato do espectador, mas entender é um fato do participante.” (DEWEY, 2003:205).

Este seria, portanto, um trabalho de reconciliação: “ajustar os grupos e os indivíduos uns aos outros” (DEWEY, 2003:205). Nestes termos, seria sobre a desorganização e a desarticulação dos públicos, bem como sobre os meios que inibem a fluência das energias agregadoras das sociedades democráticas, que seria necessário reformatar as condições de participação nos públicos. Portanto, ampliar o acesso a informação, estimular a inserção dos indivíduos nos grupos e fortalecer a conexão entre as redes tornam-se medidas fundamentais para ampliação da comunicação e da inteligência social. Na “nova era das relações humanas”, para usar a expressão de Dewey, o poder não se volta contra a sociedade. De fato, a crise nas instituições públicas não se refere ao reconhecimento da missão delas, mas se liga a questão das formas de controle, de modo que, cada vez mais, elas vão sendo cobradas dos resultados, avaliados em função da satisfação dos usuários.

Em Dewey, a política é inclusiva. A permeabilidade do Estado é o que garante as possibilidades de mudança. Em outras palavras, a organização do público, como grupo social com funções precisas, é suficiente para engendrar transformações na “maquinaria política”. Nestas condições, a criatividade dos sujeitos é liberada e serve de fonte para múltiplas experimentações, que vão contribuir à reflexão e ao debate público. Nesta linha de pensamento, a fraternidade, a igualdade e a liberdade não são idéias inatingíveis, que estão separados das relações humanas. Em Dewey, a idéia da democracia se constitui pela consciência clara da vida comum e de todas as suas implicações. Neste sentido, o problema do público depende em grande parte da inteligência e da comunicação. O desafio lançado ao governo é, então, o de servir como um instrumento verdadeiro de um público inclusivo e fraternalmente associado. Por fim, trata-se menos de “falar em nome de” do que de “agir com”, substituindo o conduzir pelo orientar, seguindo o ensinamento de que “um indivíduo pode

traçar seu próprio caminho pela floresta, mas as grandes rotas são habitualmente um recurso do público.” (DEWEY, 2003:.94).

* A autora é Doutora em sociologia pelo IUPERJ e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ.